



## A INTERSECÇÃO ENTRE IDADE, GÊNERO, CLASSE E RAÇA COMO ANÁLISE METODOLÓGICA EM TERMOS DE OPORTUNIDADES DE EMPREGO E PROMOÇÃO, E COMO A SAÚDE PODE SER FERRAMENTA DE EXCLUSÃO PARA MULHERES.

Adriely dos Santos; Bianca Araujo da Silva, Emmanuelli Rodrigues Sena e Jaqueline Lima Barroso

**Universidade São Judas Tadeu - Direito**

Débora Gozzo ( [prof.deborag@ulife.com.br](mailto:prof.deborag@ulife.com.br)), Marcela Bittencourt Brey ( [marcelabbrey@gmail.com](mailto:marcelabbrey@gmail.com))

**Introdução:** O climatério representa um conjunto de mudanças fisiológicas que incluem alterações hormonais, ondas de calor, insônia, dificuldades cognitivas e mais de vinte e cinco sintomas associados, afetando diretamente o cotidiano e o desempenho das mulheres. Esses impactos tornam-se ainda mais complexos quando atravessados por desigualdades de gênero, raça, classe e idade, que estruturam o cenário social e laboral brasileiro.

Dados do IBGE mostram que mulheres são maioria da população, mas enfrentam maiores obstáculos para acessar condições dignas de trabalho, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica e racial. Assim, compreender o climatério como fenômeno que ultrapassa o campo biológico e alcança dimensões sociais e jurídicas é essencial para discutir bem-estar, inclusão e proteção no ambiente laboral.

**Objetivos:** O estudo busca analisar como fatores sociais, econômicos, raciais e de gênero se interseccionam para restringir as oportunidades de emprego, promoção e permanência de mulheres no mercado de trabalho durante o climatério. Pretende-se evidenciar como desigualdades estruturais intensificam vulnerabilidades e demonstrar a importância de políticas e práticas que considerem as necessidades fisiológicas e sociais dessa fase da vida.

**Metodologia:** A pesquisa adota abordagem dedutiva, fundamentando-se em análise documental, legislativa e doutrinária. Foram examinadas normas brasileiras e internacionais, como a Agenda 2030 da ONU (especialmente as ODS 3, 5 e 10), a Convenção 190 da OIT, além de relatórios institucionais, estudos acadêmicos e dados estatísticos do IBGE e FEBRASGO.

A metodologia combina análise qualitativa de conteúdos jurídicos, sociais e de saúde com levantamento quantitativo de indicadores que revelam desigualdades no acesso à informação, aos direitos trabalhistas e à proteção institucional de mulheres em fase de climatério.

**Resultados:** Os resultados parciais apontam que há escassez significativa de jurisprudência e produção científica sobre o climatério sob perspectiva interseccional, revelando invisibilidade do tema no campo jurídico e acadêmico. As análises mostram que muitas mulheres desconhecem seus direitos, os sintomas do período e as possíveis adaptações necessárias no ambiente laboral, o que aprofunda vulnerabilidades.

Observou-se que mulheres negras enfrentam sintomas mais intensos e antecipados, menor acesso a cuidados de saúde e estão majoritariamente inseridas em atividades precarizadas. Persistem lacunas na aplicação de normas trabalhistas e ausência de políticas públicas específicas para atender mulheres em climatério, especialmente aquelas em situação de pobreza e informalidade.

Os dados reforçam a necessidade de um olhar ampliado sobre a saúde da mulher, considerando desigualdades que impactam sua qualidade de vida, segurança no trabalho e desenvolvimento profissional.

**Conclusão:** O estudo evidencia que, apesar de avanços, mulheres continuam enfrentando barreiras históricas para ter seus direitos reconhecidos e respeitados no mercado de trabalho, especialmente durante o climatério. É urgente que esse período seja tratado como questão de saúde pública e de justiça social, com políticas que assegurem acolhimento, informação e proteção jurídica.

As ODS 5 e 10 reforçam a importância da igualdade de gênero e da redução das desigualdades, demonstrando que garantir autonomia, bem-estar e condições dignas às mulheres é fundamental para o desenvolvimento social. Apenas com ações integradas entre Estado, instituições, empresas e sociedade será possível promover inclusão efetiva, reconhecimento das necessidades fisiológicas das mulheres e condições de trabalho dignas e equitativas.

**Agradecimento:** As professoras orientadoras Débora Gozzo e Marcela Brey, e para as colegas de pesquisa que trabalharam e contribuíram para os estudos.

**Bibliografia:** Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha: desafios e avanços na saúde ginecológica.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil - 2ª edição. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>.

AMORIM, Mayara Pereira. Políticas públicas antirracistas, racismo estrutural e programas de transferência de renda. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022

Nações Unidas Brasil. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Recomendação nº 206: Eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho e Convenção 190.